

ESTAMOS URBANIZADOS

Eliseu Alves (1)

Os brasileiros mudaram de endereço muito rapidamente. Deixaram o meio rural e passaram a residir nas cidades, mesmo quando ainda mantêm emprego rural, seja como trabalhadores, administradores ou donos de terras.

Vejamos alguns dados sobre a nossa rápida urbanização:

Tabela I
ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO
(% da População que Reside nas Cidades)

Regiões	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Norte	27,7	31,3	37,4	43,1	51,6	57,8
Nordeste	23,4	26,4	33,9	41,3	50,5	60,6
Centro-Oeste	21,5	24,4	34,2	48,0	67,3	81,1
Sudeste	39,4	47,5	57,0	72,7	82,8	88,0
Sul	27,7	29,5	37,1	44,3	62,4	74,1
Brasil	31,2	36,2	46,7	53,9	67,6	75,5

Fonte: IBGE, 1992.

(1) Pesquisador da EMBRAPA.

660700848

Um estudo publicado na Conjuntura Econômica previu para o Brasil um índice de urbanização de 73,55% em 1990. O estudo utilizou dados do censo de 1980 e anteriores (Francisco Vera e Eliseu Alves, 1985). As previsões foram confirmadas pelo último censo.

Os dados acima mostram o seguinte:

a) Apesar da crise que afligiu as nossas cidades nos anos 80, a urbanização seguiu seu caminho e, do ponto de vista de localização da população, temos uma situação muito semelhante à dos países do primeiro mundo. A diferença é que lá muitos dos que residem no meio rural têm emprego urbano, o que ocorre em pequena escala aqui. Pelo contrário, temos muitos cidadãos com emprego rural.

b) As regiões responsáveis pela maior parte de nossa produção, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, abrigam hoje uma população rural pequena e que, quando migra, pouco afeta o crescimento das cidades.

c) É surpreendente o índice de urbanização da Região Norte.

d) O Nordeste é a mais rural das regiões brasileiras. Abriga 46%

de toda nossa população campestre. É a única região que dispõe de um contingente de população rural, cerca de 17 milhões de pessoas, cuja migração tem ainda efeito apreciável, nos índices de urbanização do país.

Há duas décadas que a população rural brasileira decresce em números absolutos, cerca de 6,4% da população do ano base da década. É claro que o número de migrantes é muito maior, porque a população rural não parou de reproduzir-se.

Um estudo recentemente concluído procurou avaliar a intensidade da migração rural urbana. O êxodo rural ganhou grande velocidade nos períodos 1970/80 e 1980/91. No primeiro deles, cerca de 12,2 milhões de pessoas deixaram o meio rural, o que correspondeu a 29,8% da população rural do ano base (1970). No período 1980/91, cerca de 10,4 milhões de pessoas, ou seja 26,9% da população rural de 1980, mudaram para as cidades (Alves, 1993).

O êxodo rural está ganhando intensidade no Nordeste, que foi a região que experimentou, anteriormente, as menores taxas de migração.

O analfabetismo e a pobreza estão entre as causas que mais retardaram o êxodo rural. Mas, os analfabetos e pobres estão vencendo as dificuldades que se lhes antepõem e, hoje, seguem o caminho das cidades.

As regiões que experimentaram maiores taxas de migração têm salários medianos mais elevados, melhor distribuição da propriedade, índices de instrução mais elevados e estão mais próximas dos grandes pólos industriais do país. No último período, destacaram-se a este respeito o Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A Região Norte foi a única na qual o meio rural ganhou população nas últimas duas décadas. Apesar disto, a urbanização é intensa lá.

No último período, pela primeira vez, a população rural nordestina decresceu em números absolutos. Em números absolutos, o meio rural nordestino foi o que mais perdeu população no período 1980/91, cerca de 4 milhões de pessoas. Em termos relativos, ou seja, em termos da população do ano base, é ainda o que tem o menor índice de migração.

Em conclusão, o Brasil está urbanizado. A pobreza brasileira mudou de endereço. É fundamentalmente urbana.

E mesmo muitos dos que labutam nos campos preferem residir nas cidades e o número destes tende a crescer rapidamente à medida que se melhoram as estradas vicinais.

IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA AGRÍCOLA

Num país urbanizado, a função principal da agricultura é a de produzir excedentes para fazer face às necessidades alimentares de nosso povo e para atender a crescente demanda do mercado internacional.

Se o país voltar a crescer, e com melhor distribuição de renda, teremos taxas muito elevadas de crescimento da demanda, principalmente de proteína animal, frutas, hortaliças e bioenergéticos. As taxas anuais de crescimento podem superar, facilmente, a marca de 5%.

O crescimento da fronteira agrícola perdeu relevância na batalha do aumento da produção.

Resta o incremento da produtividade da terra e do trabalho, esta em termos de hectares que cada trabalhador cultiva, como a principal fonte de incremento da oferta de alimentos.

É esta a grande batalha da EMBRAPA: criar tecnologias que aumentem a produtividade da terra e do trabalho e preservem o meio ambiente.

A tecnologia não discrimina o pequeno agricultor. Mesmo a tec-

nologia mecânica. O seu problema de escala pode ser superado com tecnologia organizacional, pelas cooperativas, grupos de agricultores e pelo "leasing" etc. O que discrimina o campestre é o grau de instrução: os analfabetos não têm acesso à moderna agricultura e menos ainda à tecnologia organizacional. Entre eles não vigam as cooperativas e outras formas de organização que têm a capacidade de vencer o impasse de escala que a tecnologia mecânica impõe.

À pesquisa cabe a responsabilidade de gerar tecnologia para os grupos de agricultores que podem responder ao desafio que a urbanização impôs ao Brasil, sejam eles pequenos, médios ou grandes, e de gerar tecnologias que não agridam o meio ambiente. Nada pode desviar a EMBRAPA desta missão, sob pena de ter que responder às críticas pesadas de nossas lideranças, de não terem contribuído para melhorar a nutrição de nosso povo e, sobretudo, dos 40 milhões que passam fome. Perdida essa confiança, triste será o nosso destino: morte inglória!

A POBREZA RURAL

Restam, ainda, alguns bolsões de pobreza absoluta no meio rural. O maior deles é o do Nordeste, que tem cerca de 60% de analfabetos no meio rural. A tecnologia moderna tem pouca capacidade de minorar os sofrimentos desta população, mesmo a mais simples. Mas há ações que podem minorar seu sofrimento e retardar a migração para as cidades. O caminho é trabalhar descentralizado com suas associações e definir com cada uma delas o programa de trabalho. Não há soluções gerais. De preferência, os técnicos envolvidos devem ser diretamente administrados pelas associações.

A ação do governo federal restringir-se-á a financiar e supervisionar o trabalho. Sua execução dar-se-á em nível de estados e mu-

nicípios. O instrumento final de ação deve ser a associação de agricultores ou, então, através de outras formas de associação, como as cooperativas. Estados e municípios firmarão convênios com as associações.

O analfabetismo impõe uma barreira quase que intransponível ao acesso às fontes de renda mais elevadas, seja como empregado ou pequeno empreendedor. Qualquer programa mais sério para esses bolsões de pobreza precisa dar prioridade à educação de primeiro grau. Caso contrário, os filhos repetirão a mesma história dos pais.

Um programa inteligentemente conduzido, descentralizado, en-

volvendo o SENAR, o ensino de primeiro grau, os estados e municípios custará menos por pessoa do que a sociedade indiretamente paga para absorver o migrante despreparado na cidade.

O Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária não tem uma estrutura organizacional para administrar este tipo de programa.

O Ministério necessita, assim, estabelecer esta estrutura organizacional, a qual deverá ser acomodada num dos departamentos existentes. Não é preciso criar nenhuma nova estrutura. Apenas redefinir funções. O quadro envolvido será

pequeno, pois as ações são de coordenação e supervisão. E temos talentos de sobra para realizar esta tarefa. Falta apenas decisão política.

BIBLIOGRAFIA

Alves, Eliseu. Migração Rural Urbana, a ser publicado.

IBGE Anuário Estatístico do Brasil, 1992, Rio de Janeiro, IBGE, 1992.

Vera, Francisco e Alves, Eliseu. Urbanização. Desafio à Produtividade Agrícola, Conjuntura Econômica, 39 (3):-15, 1985.